

Governo modifica os salários no Orçamento

VANNILDO MENDES

O Governo publicou no Diário Oficial da União de ontem a folha salarial dos seus servidores para outubro, com um reajuste de 49,88 por cento. Esse percentual corresponde à correção trimestral, envolvendo a inflação integral de setembro (35,96 por cento), mais o resíduo de 5 por cento remanescente de julho e outros 5 por cento de agosto. Com isso, a menor remuneração de um servidor, lotado na faixa inicial de NM-3, saltou para NCz\$ 171,82. Acrescido da gratificação padrão a que fazem jus os funcionários de nível médio, esse salário agora é de NCz\$ 300,68 e necessita de exatos NCz\$ 81,05 para atingir o mínimo constitucional, que é de NCz\$ 381,73 este mês.

A maior remuneração passou para NCz\$ 1.166,95, percebida pelos servidores de Nível Superior na última referência, NS-25. Acrescido da gratificação padrão desse nível, o salário chegará a NCz\$ 3.150,76. Os números divulgados no DOU são a prova que o Sindicato dos Servidores Públicos esperava para pedir ao Congresso Nacional providências contra os ministros da área econômica, que colocaram no Orçamento da União, divulgado esta semana, valores inteiramente diferentes dos salários realmente percebidos.

MÁ-FÉ

Pela tabela de médias salariais en-

viadas pela Seplan ao Congresso Nacional, dentro do orçamento da União, um auxiliar de serviços diversos (carregador, faxineiro, servicial) estaria ganhando este mês NCz\$ 1.458,55, em média. Mas não é isso o que revela o contracheque de Ednaldo Ferreira que, na última referência (NM-35) da carreira, percebe NCz\$ 627,08 brutos, incluindo as gratificações, e NCz\$ 568,76 líquidos.

Seu colega, Raimundo dos Santos, um administrativo em fim de carreira (NM-35), deveria estar ganhando NCz\$ 1.989,93 pelas contas que o Governo entregou ao Congresso, mas no contracheque só consta NCz\$ 805,81 brutos e NCz\$ 688 líquidos. O mesmo ocorre com Josias de Oliveira, agente de portaria, que ganha NCz\$ 622,33 e está exigindo do chefe mais NCz\$ 700,00 para atingir o que o Governo diz que ele recebe.

Para a presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, Maria Laura Salles, o Governo claramente distorceu os números, "por má-fé, prevaricação, ou mesmo incompetência". A fim de elucidar em qual das categorias pode enquadrá-lo, ela apresentou pedido formal de esclarecimentos à Seplan, autora do orçamento.

De sua parte, Maria Laura desconfia que houve mesmo má fé, inclusive com a conivência de parte da

imprensa, pois como se não bastasse a grande diferença do real para o que foi divulgado no orçamento, alguns jornais publicaram os vencimentos do Poder Legislativo, sabidamente mais altos do que os das demais esferas do serviço público, como se fossem representativos de todo o funcionalismo.

Uma vez confirmada a denúncia, ela espera que o Congresso aprove um voto de desconfiança aos ministros da área econômica, "o que em País sério levaria à destituição do cargo". Na verdade, conforme dados processados no Ministério do Trabalho, 70 por cento dos servidores da administração direta da União ainda percebem menos de dois salários mínimos e 90 por cento situam-se até cinco salários mínimos (NCz\$ 1.908,55).

Maria Laura observou que a única vantagem da tabela "maquiada", entregue pelo Governo ao Congresso, é que ela serviu como importante base de reivindicações para a categoria. Os servidores da administração direta, fundações e autarquias têm data-base em janeiro, mas é em outubro que travam suas lutas mais traumáticas, com frequentes greves. Uma pauta emergencial de reivindicações foi entregue à ministra do Trabalho, Dorothéa Werneck, pedindo um reajuste de 151 por cento este mês.